

Pescas, em situação de mobilidade especial — provido automaticamente, na mesma categoria, em lugar a criar e a extinguir quando vagar do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, com efeitos a 1 de Setembro de 2008.

27 de Agosto de 2008. — A Directora Central de Gestão e Administração, *Mariália Baptista Mendes*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 22629/2008

Nos termos do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 118-A/2008, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, subdelego no conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., as competências que me foram subdelegadas, por despacho do Ministro da Justiça, para a prática de todos os actos a realizar no âmbito de contratação dos serviços para elaboração das peças concursais relativas à empreitada de adaptação e construção das novas instalações da Polícia Judiciária.

Ratificam-se todos os actos praticados até ao momento no âmbito do lançamento daquele procedimento concursal pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

19 de Agosto de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 22630/2008

Nos termos do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 118-C/2008, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, subdelego no conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., as competências que me foram subdelegadas, por despacho do Ministro da Justiça, para a prática de todos os actos a realizar no âmbito do procedimento destinado à adjudicação da empreitada de concepção-construção do Estabelecimento Prisional de Grândola.

Ratificam-se todos os actos praticados até ao momento no âmbito do lançamento daquele procedimento concursal pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

19 de Agosto de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 22631/2008

Nos termos do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 118-D/2008, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, subdelego no conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., as competências que me foram subdelegadas, por despacho do Ministro da Justiça, para a prática de todos os actos a realizar no âmbito da contratação de serviços especializados para a adaptação/concepção de diversas peças concursais, incluindo as especificações técnicas referentes ao estabelecimento prisional tipo/800, adaptando-as a estabelecimentos prisionais tipo/600 e de tipo/300.

Ratificam-se todos os actos praticados até ao momento no âmbito do lançamento daquele procedimento concursal pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

19 de Agosto de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 22632/2008

Por meu despacho de 25 de Agosto de 2008:

Cumpridas as disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (Lei da mobilidade), designadamente, através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20080972/SIGAME, no qual não foram encontrados dados de pesquisa de opositores obrigatórios efectuados pela Entidade Gestora da Mobilidade, sendo que, igualmente, não se verificou qualquer candidatura voluntária, nomeio, precedendo concurso

interno de acesso geral, a técnica superior de 1.ª classe, Ana Maria Alcinda Ah-kaw, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na categoria de técnica superior principal, carreira técnica superior, escalão 1, índice 510.

26 de Agosto de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 22633/2008

Por despacho de 23 de Julho de 2008 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20 de Agosto de 2007):

Maria Elisa Marcos Salgado, escritã auxiliar do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com efeitos a 1 de Setembro.

Rui Manuel Pereira Pinto, escrivão auxiliar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, com efeitos a 1 de Setembro.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Agosto de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 22634/2008

Por meu despacho de 2008.07.22:

Licenciado Nuno Manuel Peres Caiado, assessor principal da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, como Director de Serviços de Vigilância Electrónica dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Nota Curricular Académica e Profissional

Dados pessoais:

Nome: Nuno Manuel Peres Franco Caiado

Data de nascimento: 06.01.1959

Estado Civil: Casado

Profissão: Funcionário Público

Habilitações académicas:

1980/81 — Licenciatura em serviço social, Instituto Superior de Serviço Social — Lisboa

Percurso profissional:

DGRS, desde Mai2007: director de serviços da Vigilância Electrónica, em regime de substituição:

Funções de direcção e administração do sistema nacional de vigilância electrónica, articulação com as magistraturas e demais operadores judiciais, coordenação dos estudos de monitorização da evolução do sistema;

Membro do júri do concurso público internacional para a aquisição de serviços de vigilância electrónica.

IRS, desde Jan2003: Encarregado de Missão para o Sistema de Monitorização Electrónica de Arguidos:

Funções de coordenação da implementação e desenvolvimento do programa de vigilância electrónica, articulação com as magistraturas e demais operadores judiciais, coordenação dos estudos para o alargamento da vigilância electrónica a todo o território nacional, representação do IRS na comissão de acompanhamento prevista na RCM 1/2201 de 06Jan;

Membro do júri do concurso público internacional para a aquisição de serviços de vigilância electrónica.

IRS, de Out.2001 a Dez.2002: Director do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

IRS, de Jun1997 a Set.2001: Director do Núcleo de Extensão de Lisboa (NEL).

IRS, de 1989 a Jun1997: Coordenador de Equipas de reinserção social:

Nas jurisdições penal, de família e tutelar educativa.

IRS, de 1983 a 1989: técnico superior de reinserção social:

Na jurisdição penal e, secundariamente, na jurisdição de família.

Principais representações do IRS/DGRS em grupos de trabalho e iniciativas:

Mai2007, Holanda, representante da DGRS no 5.º workshop sobre vigilância electrónica, Conferência Europeia Permanente de Prova;

Mai2005, Holanda, representante do IRS no 4.º workshop sobre vigilância electrónica, Conferência Europeia Permanente de Prova;

De 2000 a 2002, representante do IRS no Conselho Municipal de Segurança de Lisboa;

De 2000 a 2002, representante do Ministério da Justiça no Grupo de Trabalho Interministerial no âmbito do Alto Comissariado para os Imigrantes e Minorias Étnicas;

De 2001 a 2002, representante do Ministério da Justiça no Programa Escolhas — Programa de Prevenção da Criminalidade e de Inserção dos bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal;

De 1998 a 2000, representante do Ministério da Justiça na Comissão Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Mercado Social de Emprego;

De 1998 a 2000, representante do IRS no Núcleo Distrital de Lisboa do Projecto Vida;

2000, representante do Gabinete do Ministro da Justiça no Grupo Informal de Representantes Interministerial para a preparação da elaboração pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Programa de Prevenção Criminal e de Inserção de Jovens em Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (RCM de Jul2000);

Set2000 — representante do Estado Português no Seminário Europeu “Médiation Sociale — Nouvelles Formes de prévention des conflits dans la vie quotidienne”, Créteil/Paris;

1995, Lisboa, Fórum Europeu dos Serviços de Apoio à Vítima;

1996, Edimburgo, seminário “Desenvolvimento e Avaliação de Programas para Redução de Comportamentos Criminais”, Conferência Europeia Permanente de Prova;

1991, Roma, estágio de informação sobre o serviço de probation em Itália, Conferência Europeia Permanente de Prova/Departamento de Administração Penitenciária do Ministério da Justiça italiano.

Outras funções nos serviços de reinserção social:

Formador na jurisdição penal (assessoria aos tribunais e penas e medidas de execução na comunidade);

Membro de júris de concursos de pessoal (admissão, progressão e nomeação de dirigentes);

Membro de vários grupos de trabalho internos.

Outras experiências profissionais:

Entre 1983 e 1984, investigador no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, culminado com a publicação em 1990 do livro *Movimentos Estudantis em Portugal — 1945-1980*, prefácio de Jorge Sampaio.

Formação de dirigentes:

2008, FORGEP, com a nota 16,6 (nota mais alta do curso).

Despacho (extracto) n.º 22635/2008

Por meu despacho de 2008.07.16:

Licenciado António Samuel Correia Freitas, técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, como Delegado Regional da Madeira desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Nota Curricular Académica e Profissional

1 — Dados pessoais

Nome: António Samuel Correia Freitas

Data de nascimento: 27.03.1971

Estado Civil: Casado

Profissão: Funcionário Público

2 — Habilitações académicas

Licenciatura em Sociologia, pela Universidade da Beira Interior concluída em 1993.

3 — Percurso profissional

Delegado Regional da Madeira da Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS), desde 1 Maio de 2007.

Coordenador da Equipa de Vigilância Electrónica do Funchal da DGRS (em regime de acumulação de funções), desde 1 de Fevereiro de 2005.

Assistente Convidado da Universidade da Madeira da disciplina de Inclusão e Reinserção Social (acumulação de funções superiormente autorizadas), desde o ano lectivo 2002/2003.

Coordenador da Equipa do Funchal Penal do Instituto de Reinserção Social de 1 de Julho de 2001 a 30 de Abril de 2007.

Técnico Superior de Reinserção Social de 20 de Junho de 1994 a 30 de Junho de 2001.

Após o período instrução obrigatória foi graduado Aspirante a Oficial das Forças Armadas Portuguesas e colocado no centro de classificação e selecção de Lisboa onde exerceu funções de coordenação no gabinete de aplicação e correcção de testes psicotécnicos durante o cumprimento do Serviço Efectivo Normal, de Fevereiro de 1994 a Maio de 1994.

Professor do 2.º Ciclo do ensino Básico, de 1 de Setembro de 1993 a 31 de Dezembro de 1993.

Despacho (extracto) n.º 22636/2008

Por meu despacho de 2008.07.16:

Licenciado Francisco José Moreira Navalho, técnico superior principal, da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, como Delegado Regional do Centro desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Nota Curricular Académica e Profissional

1 — Dados pessoais

Nome: Francisco José Moreira Navalho

Data de nascimento: 20.04.1963

Estado Civil: Casado

Profissão: Funcionário Público

2 — Habilitações académicas

Licenciatura em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, concluída em 1989.

Parte curricular do mestrado de Psicologia Clínica, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, concluída em 2000.

3 — Percurso profissional

Delegado Regional do Centro, da Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS), desde Maio de 2007.

Coordenador da Equipa de Coimbra Penal, do ex-Instituto de Reinserção Social (IRS) e actual DGRS, de Dezembro de 2002 a Abril de 2007.

Coordenador de grupo de trabalho nacional do ex-IRS e actual DGRS, de Dezembro de 2003 a Maio de 2005, com a missão de produzir um instrumento de avaliação das necessidades de reinserção social, a ser utilizado na área penal.

Coordenador de grupo de trabalho nacional do ex-IRS e actual DGRS, de Maio de 2001 a Julho de 2004, com a missão de produzir as orientações nacionais sobre enquadramento jurídico e estratégias de intervenção na assessoria técnica aos tribunais, na fase pré-sentencial da jurisdição penal.

Coordenador da Equipa do ex-Colégio de Acolhimento, Educação e Formação dos Olivais, do ex-IRS e actual DGRS, de Abril de 2000 a Outubro de 2000.

Técnico Superior Principal, após concurso, do quadro de pessoal do ex-IRS, actual DGRS desde Maio de 2006.